

O PERCURSO DA FILOSOFIA NO BRASIL

Neirivan dos Santos Brito

<http://lattes.cnpq.br/457932287528239>

<https://orcid.org/0009-0007-5637-1950>

E-mail: neirivanbrito@aol.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/CONEC-2026.01>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/CONEC-2026.01-37>

RESUMO: Analisa historicamente a presença da Filosofia na educação brasileira, destacando sua marginalização e a falta de valorização nos projetos educacionais do país. O autor argumenta que a Filosofia é essencial para a formação humana, ética e crítica dos indivíduos, sendo indispensável para profissionais de todas as áreas, especialmente em uma sociedade marcada pelo avanço científico e tecnológico. O estudo mostra que, desde o período colonial, a educação brasileira esteve fortemente vinculada ao pensamento religioso jesuítico, limitando o acesso ao pensamento filosófico livre. Posteriormente, o Positivismo influenciou a organização do ensino e da política nacional, utilizando a Filosofia como instrumento ideológico e técnico, mas sem consolidá-la como disciplina reflexiva ampla. O texto também critica o modelo educacional contemporâneo, excessivamente tecnicista e voltado ao mercado, responsável pela formação de profissionais sem senso humanístico e consciência social. Além disso, destaca as reformas educacionais que inseriram a Filosofia de forma limitada nos currículos escolares. Conclui-se que a recuperação do ensino filosófico é fundamental para promover uma educação crítica, ética e emancipadora, capaz de formar cidadãos conscientes e comprometidos com a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia. Educação. Positivismo.

THE COURSE OF PHILOSOPHY IN BRAZIL

ABSTRACT: Historically analyzes the presence of Philosophy in Brazilian education, highlighting its marginalization and lack of appreciation in the country's educational projects. The author argues that Philosophy is essential for the human, ethical and critical formation of individuals, being indispensable for professionals in all areas, especially in a society marked by scientific and technological advancement. The study shows that, since the colonial period, Brazilian education has been strongly linked to Jesuit religious thought, limiting access to free philosophical thought. Subsequently, Positivism influenced the organization of teaching and national politics, using Philosophy as an ideological and technical instrument, but without consolidating it as a broad reflective discipline. The text also criticizes the contemporary educational model, which is excessively technical and market-oriented, responsible for training professionals without a humanistic sense or social conscience. Furthermore, it highlights the educational reforms that included Philosophy in a limited way in school curricula. It is concluded that the recovery of philosophical teaching is fundamental to promoting a critical, ethical and emancipatory education, capable of forming conscious citizens

committed to society.

KEYWORDS: Philosophy. Education. Positivism.

INTRODUÇÃO

A Filosofia vem, desde muito tempo, relegada a planos inferiores, em todos os projetos educacionais surgidos no Brasil. O ensino dessa disciplina, salvo algumas exceções, tem permanecido num propósição marasmo, principalmente agora, numa época em que a inteligência humana tem demonstrado prodígios.

Recentemente, quando da avaliação dos cursos superiores pelo Ministério da educação, alardeou-se que os cursos de Medicina, das escolas brasileiras, vêm formando profissionais desprovidos de qualquer senso humanístico. Os professores, também foram declarados, não possuem nenhum conhecimento educacional, transmitindo aos alunos um conhecimento frio, mecanicista e puramente profissional.

Ora, o relacionamento obrigatório entre um profissional e um seu cliente é, antes de tudo, um relacionamento humano. Por obrigações o profissional deve conhecer as técnicas de relacionamento interpessoal, associadas a um conhecimento aprofundado do seu ofício. Isso vale para todos os profissionais, inclusive os médicos. Por obrigação, também, as condições acima devem ser satisfeitas através de um suporte filosófico, segundo determina a milenar forma de se produzir boa educação — a maiêutica socrática.

Alguém até que poderia perguntar: qual o papel da Filosofia na educação e na cultura de um povo? A resposta seria que, no mundo atual, onde o humano já pôs um engenho de sua fabricação em Marte, a Filosofia, mais do que qualquer outro conhecimento, é que vai levar o indivíduo a analisar os fenômenos da vida e da Natureza, em suas causas primeiras e consequências últimas. Ninguém, portanto, está autorizado a viver sem querer ou saber observar o mundo que o cerca, conhecendo os seus mistérios e encontrando respostas para as suas inquirições. Por outro lado, nenhum profissional estará em condições plenas de desempenhar as suas funções, sem um

conhecimento mínimo da filosofia sobre a qual se estrutura a sua profissão. Essa é a ordem natural das coisas.

“O mundo precisa de Filosofia”, disse Caio Prado Júnior, ao intitular uma de suas obras. O mundo precisa, sim, de Filosofia, porque toda a experiência humana na Terra, a imitação da Natureza por meio de artificios e tudo mais, não teriam acontecido, sem pelo menos dizer-se que não há uma filosofia de vida envolvendo tudo isso. Nenhuma explicação para um fenômeno da Natureza foi possível de ser oferecida, sem o auxílio de um conhecimento filosófico adequado. O humano domou o raio, produz chuvas artificiais, imita o trovão, ainda, para completar, despejou alguns artefatos de sua manipulação em planetas longínquos. Dirão alguns: “pura tecnologia”. Dizemos nós: tecnologia, sim, mas calçada nos conhecimentos filosóficos de Newton, Galileu, Arquimedes, Kepler, Einstein, para não citarmos todos. É por isso, e tudo mais, que precisarmos de Filosofia, a fim de que não paremos no tempo ou viremos andróides.

DESENVOLVIMENTO

Aqui, neste pequeno ensaio, faremos um breve comentário sobre o ensino de Filosofia no Brasil. Não se trata de um inventário, mas de um levantamento resumido, para não se tornar cansativo.

O presente trabalho foi elaborado num tempo muito exíguo, mas não será isso justificativa para que os leitores sejam tolerantes no julgamento da qualidade. Contudo, vai aqui o nosso pedido de desculpas àqueles que, pacientemente tolerarem essa leitura.

Os humanos, nem precisamos dizer, são seres que teoricamente utilizam a razão para decidirem qual o tipo de ação que irão empreender. Como certos animais, os humanos vivem em grupos e, ordinariamente, tomam suas decisões após uma partilha dos problemas comuns aos membros de sua comunidade. Assim, o saber social das gerações que vão se sucedendo, sempre reconhecerão e utilizarão estes dados elementares, até mesmo, se for o caso, de forma intuitiva.

Na cidade ou no campo, onde quer que os humanos vivam, os mistérios da Natureza e da Vida sempre os atormentaram, vivendo esses humanos, há séculos, cheios de perguntas e desejos, sem ter sempre por perto alguém que pudesse (ou possa hoje) tirar as suas dúvidas. Os indivíduos, então, durante todo esse tempo, vêm acumulando uma experiência diversificada do mundo que os cerca. Ainda hoje, diante dos problemas da existência que parecem novos, embora não o sejam, os humanos reagem na ânsia de conservar a sua existência, encarando os mistérios da vida como uma forma de contrato com Deus. As diversas formas dos humanos reagirem significam a experiência ou a preparação que eles próprios acumularam para si.

Não se sabia ainda o que era educação, também não se falava em Filosofia (nem poderia), nessa fase primária da existência humana. Bem mais tarde o Brasil foi descoberto, vindo para cá, posteriormente, os “educadores”. A Filosofia veio com eles, mas protegida contra os que porventura, um dia, pretendessem conhecê-la mais de perto. Então foi assim que o Brasil tomou contato com o saber, ainda que seja ideologizado pela fé jesuíta.

A educação no Brasil transcorreu, desde a colonização, uma trajetória decididamente irregular. A herança cultural lusa, por inteiro formal, discriminatória e fundamentada no pensamento religioso da Companhia de Jesus, foi o que recebemos. A nossa educação floresceu num ambiente de ação jesuíta, completamente desvinculada da realidade do Velho Mundo, tampouco com a do Novo Mundo mal descoberto.

Ainda que um pouco tarde, esse modelo educacional dos companheiros de Jesus caiu nas malhas do Despotismo Esclarecido, o qual teve como figura central entre nós, Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal. Daí para frente desenvolveu-se por aqui uma espécie de sociedade feudal, onde as classes dominantes fugiam do trabalho físico.

A educação foi seguindo entre o nosso povo sob o regime pombalino de maneira ornamental onde, na sociedade, o falar bonito e vestir-se com a elegância da época significava para as pessoas que assim procedessem, a posse definitiva da educação. Assim se arrastou a nossa cultura e a nossa educação por muitos anos.

A cultura humanística deixada aqui pelos Jesuítas deu força enorme à corrente política, deixando, porém, a desejar no que se referia às ciências, especialmente a Filosofia. Não é que os jesuítas nada soubessem de Filosofia. Sabiam, até muito bem, mas aplicavam-na diluída no conhecimento religioso voltado para a catequese, como bem determinava o pensamento escolástico encomendados para nós. Dessa forma não nos foi dada uma educação que conduzisse os futuros profissionais à aquisição de uma mentalidade voltada para o progresso, pois isso, com certeza/entraria em conflito com a fé.

A filosofia ensinada pela Companhia de Jesus era a da Escolástica. Somente tinham acesso a ela os alunos dos cursos superiores de Teologia, não destinados a leigos.

Como forma livre de pensamento a Filosofia alcançou o Brasil pela dupla via da política e do militarismo. Foi precisamente por meio de alunos de Augusto Comte, os quais voltaram de Paris impressionados com a virada do Positivismo contra a Teologia e a Metafísica. A Filosofia por aqui chegou, não como disciplina curricular, nem como objeto de estudo isolado, mas como teoria e prática da doutrina positivista visando reformular o nosso ambiente sociocultural.

Temos que em fevereiro de 1850, o professor maranhense Manuel Joaquim Pereira de Sá apresentava à Escola Militar do Rio de Janeiro, uma tese de doutoramento, versando sobre os princípios da estática.’ A seguir, em abril de 1851, Joaquim Alexandre Manso Sayão apresentava uma tese, também no campo da Física, relativamente aos princípios dos corpos flutuantes¹ ratificando as afirmações de Arquimedes e Galileu. Houve então uma sequência de teses, quando em 1874 Luís Pereira Barreto publicava primeiro volume de uma série de três, intitulado *As três filosofias*.

Luís Pereira Barreto foi quem primeiro pediu democraticamente uma reforma completa do ensino no Brasil, como único meio de transformação da mentalidade dos

¹ Ocorre quando o empuxo é maior ou igual ao peso do objeto.

brasileiros, e trazer o progresso até aqui. Em carta aos senadores Jobim e F. F. de Godoy², Pereira Barreto, na verdade, queria quebrar a teimosia da Igreja em ditar normas de educação, acusando essa instituição de corruptora dos nossos costumes sociais³. Assim o revolucionário Luís Pereira Barreto publica *As três filosofias*, obra calcada na doutrina positivista, pleiteando apresentar as ideias de Comte como “um novo guia para a inteligência de seu tempo, um método, uma diretriz que renovasse os padrões da nossa cultura”.⁴ Foi um grande passo, o primeiro na política educacional do Brasil. Pena que o Positivismo fracassou nessa investida.

Aproveitando-se do ambiente desgastante da crise político-religiosa, gerado a partir da rebeldia dos bispos, às ações do governo imperial contra eles, vários políticos seguiram a correnteza da filosofia positiva, a qual entrava nas escolas impregnada de conotação política e libertária. Ainda não era possível de se estudar Filosofia sem enfrentar a Escolástica, ou sem sofrer pressão por parte dos jesuítas. Porém, aos poucos, os positivistas ganharam terreno na direção da escravatura, no ímpeto de acabar com ela. Nesse mister vários políticos se engajaram até mesmo o ministro João Alfredo, diante de quem a Lei Aurea foi assinada.

Como simpatizantes, ou como apóstolos do Positivismo, tivemos Joaquim Nabuco, Silva Jardim, Ramalho Ortigão, José Maria Belo, Cristiano Ottoni, Godofredo Furtado, Júlio de Castilho e, Demétrio Ribeiro, Borges de Medeiros e Getúlio Vargas, para não apresentarmos uma lista enfadonha.

A influência do Positivismo na política brasileira foi muito forte, ainda que tenha concorrido, a partir de certo momento, com a corrente militar, encabeçada pelo professor Benjamim Constant Botelho de Magalhães.

O Positivismo, como filosofia e doutrina religiosa, era fundamentado numa sequência de contradições, contradições estas que forçaram a filosofia positivista a se

² modernização, na laicização (separação entre Estado e Igreja) e na adoção de uma base científica para a formação dos cidadãos

³ representam o conjunto de regras comportamentais adotadas para promover a santidade, o pudor e a separação dos fiéis em relação às práticas mundanas do seu tempo.

⁴ Fomento à Economia Criativa; Gestão Colaborativa; Preservação.

dividir em dois ramos antagônicos, a partir da morte de Augusto Comte. O Ramo encabeçado por Emile Littré e Pierre Laffitte. Ambos os ramos exerceram grande influência na vida brasileira, perdurando até hoje os seus efeitos. Não obstante os progressos sociais postos em prática aqui, entre nós, pelos positivistas, o ensino médio, particularmente o técnico, era enfatizado, enquanto o ensino superior era declarado subversivo, sendo, portanto, um dos inimigos da Ditadura Republicana, que aqui mesmo queriam eles instalar. Eis aí uma boa contradição. No intento de combater as ações dos bens falantes e das almofadinhas, os quais formavam a sociedade alta brasileira, os seguidores do filósofo de Montepellier queriam apenas escolas profissionalizantes, para formarem um exército de mão-de-obra, no enfrentamento da falta de escravos. “Já estamos fartos de diplomas”,⁵ bradou Pereira Barreto aos senadores Jobim e Godoy, em carta aberta encravada na introdução do seu trabalho *As três filosofias*. Um pouco antes, e na mesma carta a qual intitulou *uma palavra aos políticos*, Pereira Barreto se volta contra o ensino superior, com a mesma voracidade demonstrada ao se investir contra a Igreja. “A Igreja e a Academia, tais são, por toda a parte, as duas grandes cúmplices, que estão bem resolvidas a instruir-nos embrutecendo-nos”. Luiz Pereira Barreto era um entusiasta do Positivismo, mas achava que poderia transformar a educação brasileira com um grito de guerra. A filosofia positivista não conseguiu sequer resolver a contradição de que, apesar de condenar a Academia, as idéias de Comte somente poderiam ser discutidas no ambiente universitário. Jamais os positivistas idealizaram uma forma de propagar a Filosofia (incluindo a deles) em escolas técnicas, uma vez que a doutrina comteana tinha aplicação única nas ciências, mas não em todas.

Pela via do militarismo os positivistas encontraram no tenente-coronel Benjamim Constant Botelho de Magalhães o caminho certo para seguirem em frente. Benjamim Constant tornou-se então a figura mais importante na disseminação do Positivismo, no seio da juventude das escolas militares.

Professor de Matemática na escola Militar do Rio de Janeiro, Benjamim

⁵ Excesso de burocracia e a desvalorização do conhecimento prático em prol de meros "títulos de papel" ou "canudos".

Constant desde cedo obteve dos jovens cadetes respeito e administração, em virtude de sua brilhante inteligência e austeridade moral. Essas qualidades conferiram àquele professor uma autoridade ímpar no ambiente das Forças Armadas. O impacto produzido pela sua adesão abrupta à Religião da Humanidade, fez com que inúmeros de seus discípulos se convertessem à nova fé, à semelhança de uma queda de dominós. À frente de um rebanho de seguidores e simpatizantes cada vez mais esturro, Benjamim Constant conduziu uma pequena multidão ao fervor do movimento republicano, tendo o seu ápice nos acontecimentos daquela manhã de 15 de novembro.

O ensino da Filosofia estava precariamente instalado na Escola Militar, ainda que de forma autônoma, mas formal. A Matemática e a Geometria eram ensinadas à luz da Filosofia (a positiva). O conhecimento filosófico, porém, nunca passou de uma linguagem elitista, empregada para expressar saber matemático ou geométrico. Não se pensava num ensino filosófico regular que conduzisse as novas cabeças pensantes a um mundo de especulações. Então, a Filosofia permaneceu entre a Escola Militar e o Colégio Pedro II, cujos professores ligavam-se entre si pela nova ideologia da liberdade e da República.

Como à época existiam apenas a escola de Medicina, a de Direito e a de Engenharia Civil, mais que depressa os seus dirigentes baseavam os cursos daquelas instituições no Positivismo. A Medicina, que teve como representante máximo Luís Pereira Barreto, foi consolidada ao Positivismo pelos ilustres legistas Nina Rodrigues e Juliano Moreira. Fundaram estes uma medicina legal positivista, a qual permanece intocável em todos os seus aspectos.

Há um descalabro imenso na preparação dos moços que ingressam nas universidades. Atraídos pelas profissões mais recitáveis, os universitários estudam, não para servir aos seus semelhantes necessitados, mas a si próprios. Isso se deve à falta de humanização das escolas e do sistema educacional que temos. As escolas não se preocupam com a necessidade de reflexão dos seus alunos. Educa-se em massa, em nosso país, e na luta voraz para se obter um diploma universitário, os estudantes de tudo se valem. Das profissões que aprendem os alunos egressos das escolas conhecem apenas

o *saber fazer*, ao passo que o *saber*, *saber* fica, de fato a desejar. As escolas de Engenharia ensinam o suficiente para os egressos delas iniciarem, depois de formados, uma carreira de aprendizado. As de Medicina levam os alunos aos cursos de residência médica inteiramente despreparados. As faculdades de Direito, em sua maioria, nem a Língua Portuguesa é estudada, por ser considerada supérflua ao desempenho do futuro advogado. Tome-se como exemplo o curso de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

No Brasil as coisas somente são feitas, se um lucro considerável for previsto a curto prazo. O ensino profissionalizante e o universitário, somente os cursos rentáveis, que compensem em tempo breve o investimento empregado nos estudos, são procurados. Logo, o engenheiro civil, ao ingressar na vida profissional, vai construir edifícios de luxo, onde somente os ricos irão morar. Os médicos, não dão uma só consulta gratuita a um cidadão, mesmo sabendo que este contribuiu, pagando impostos, para que eles concretizassem formação. São profissionais, como muitos outros, que não têm um mínimo de consciência do mundo que os cerca, tampouco conhecem a finalidade da vida humana. Tudo isso é fruto do modelo educacional vigente entre nós. O conteúdo humanístico que deveria estar presente nos currículos escolares, foi substituído, em certos casos, por materiais inexpressivos, as quais aumentam a carga horária dos cursos, sem nada acrescentar ao conteúdo geral. A Filosofia, como instrumento proporcionador da visão do mundo, simplesmente é ignorada em muitas escolas, às vezes sofrendo rejeição por parte dos dirigentes

Educar é tarefa imensamente complexa, embora os nossos governantes digam o contrário, por isso não a leva a sério. Não se legisla no Brasil em favor de um ensino que tire o nosso povo da ignorância. Se os nossos legisladores e governantes nada entendem de educação, como nos deixam transparecer, o ensino da Filosofia, como obrigação, nunca lhes passa pela cabeça, pois não sabem de sua necessidade e significação. Precisam saber, essas autoridades, que a educação serve para satisfazer as necessidades da vida, tanto as conhecidas como as prováveis.

A Filosofia aparece como disciplina curricular em nossa legislação,

precisamente através do Decreto-Lei 4.244, de 9 de abril de 1944, com redação melhorada no Decreto-Lei 9.054, de 12 de março de 1946. O Decreto-Lei 4.244 trata da Lei Orgânica do Ensino Secundário. Aqui temos que a Filosofia nunca representou prioridade, nem complementação em cursos regulares, durante alguns séculos. O ensino de Filosofia foi localizado na segunda e terceira série do curso científico (hoje, segundo grau). No dia 2 de janeiro de 1946, pelo Decreto-Lei 8.530, foi expedida a Lei Orgânica do Ensino Normal. O capítulo III do referido Decreto-Lei diz, no seu Artigo quarto: “Haverá três tipos de estabelecimentos de ensino normal: o curso normal regional, a escola normal e o instituto de educação”. Nesses estabelecimentos são ministrados os cursos de regentes de ensino primário, os cursos de formação de professores primários e os de especialização e de administração escolar. Todavia apenas nos cursos de formação de professores primários a Filosofia aparece, mas na terceira série, sob o título Filosofia da Educação.

As escolas públicas de segundo grau atualmente introduziram em seus currículos a Filosofia, o que, de certa forma, vem contribuindo para melhorar a compreensão de outras disciplinas. Pelo menos é o que se verifica no estado do Rio de Janeiro. Isso aconteceu depois de muita discussão.

Francisco Campos, ministro da Educação no governo Getúlio Vargas, fazendo uso dos poderes de que dispunha no ministério recém-criado (1931) faz uma reforma colossal no ensino de sua época. Francisco Campos era um positivista, ligado a um extremo pela corrente de Benjamim Constant, que passava por Júlio Prates de Castilhos, tendo no outro extremo Getúlio Vargas. outro positivista. Francisco Campos e Júlio de Castilho estavam no meio de dois acontecimentos históricos que se repetiram. De um lado, Benjamim Constant funda a República com um levante; do outro Getúlio Vargas derruba a República com um golpe, quando a seguir se instala a Revolução de 1930. Daí surgiu o sistema escolar (primário e médio) seriado, experimentando o Brasil o mais revolucionário modelo educacional implantado até então.

A chamada Reforma Capanema, do ensino secundário, feita pelo Decreto-Lei 4.244, de 9 de abril de 1942 é considerada por Lauro de Oliveira Lima “a revanche

simbólica dos jesuítas contra Pombal”. Àquela altura, Getúlio Vargas, embora positivista, mas precisando apoio generalizado, viesse de onde viesse, cede às pressões de alguns jesuítas de plantão (Arlindo Vieira, Alceu de Amoroso Lima e Leonel Franca), acabou por aceitar a reinclusão de uma edição moderna da *Ratio Studiorum* renascentista na reforma do ensino. Elaborada integralmente no “segredo dos gabinetes”, a Reforma Capanema desprezou qualquer diálogo com as partes envolvidas, sendo publicada sob os aplausos da Companhia de Jesus. Nessa Reforma ressurgem as aulas de grego e Latim, também a Filosofia, ligada ao ensino religioso.

No tocante ao ensino superior, a Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixou as normas para o seu funcionamento, não trouxe nenhuma novidade quanto ao ensino da Filosofia. Essa Lei, elaborada num dos momentos mais duros da ditadura militar, tentava, burocraticamente, acalmar os estudantes, os quais mantinham-se em luta com o regime vigente. Como novidade, a Lei 5.540 veio apenas reorganizar a universidade, dotando-a de uma divisão em unidades, desligando estas da antiga Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Com isso a vida dos estudantes se distanciou dos propósitos da universidade, já que as matérias filosóficas, importantes para estimular a reflexão e a discussão tornaram-se optativas para a maior parte dos estatutos”.

CONCLUSÃO

Com todo esse descaso demonstrado à Filosofia, pelos que decidem sobre o futuro da educação, neste país, alguns cursos superiores de certas universidades incorporaram em seus programas certas matérias filosóficas. Cremos que a tendência é melhorar este quadro, pois não podemos permanecer alijados dos problemas da vida, deixando que os outros nos tragam as explicações para os nossos problemas, explicações estas que nós próprios deveríamos encontrar.

Por ironia do destino ao qual foi subjugado o nosso povo, associada à cegueira dos que elaboram as leis sobre o ensino, a Filosofia ganhou existência apenas marginal,

em alguns colégios e universidades brasileiras. Com a extinção da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, que abarcava todos os cursos de Licenciatura, a Filosofia foi bater com os costados nas margens de todos as outras escolas. Como pedinte e enjeitado, o saber filosófico viu-se arrastado do terreno que ele pertencia por direito e por herança histórica, e conduzido à periferia da ciência e da ação das outras faculdades. Assim sendo, e em muitos casos, a Filosofia passou a ser encarada como um conhecimento supérfluo e uma disciplina intrusa, a perturbar as cabeças dos alunos e dos que elaboram os horários de aulas dos professores.

É necessário se promover a reconquista imediata do filosofar abrangente, a fim de controlarmos — se não acabar — a sintetização e a paralização do saber. O mundo não é uma estrutura singela, mas um conjunto de partes infinitas, a formar um todo harmonioso. Precisamos entender os fenômenos ligados às forças dominantes dessa harmonia e, não é sempre que uma demonstração matemática possa ser usada como resposta a certas inquisições. Muitas vezes requer-se uma explicação filosófica sem rodeios e sem mistérios.

A educação exige pessoas honestas, capazes e conhecedoras do seu processo evolutivo para orientá-la. Os legisladores, por sua vez, muitos deles donos de escolas, têm o compromisso com a Educação, do ponto-de-vista do lucro, exclusivamente. Assim, os brasileiros devem permanecer atentos a essas pessoas, eliminando-as do cenário político. Conclui-se que o ensino da Filosofia no Brasil percorreu uma trajetória marcada por marginalização, instrumentalização política e descaso institucional, o que comprometeu sua função essencial de formar cidadãos críticos e conscientes. Ao longo da história, ora subordinada à catequese jesuítica, ora utilizada como ferramenta positivista, ora relegada a disciplina secundária, a Filosofia nunca ocupou plenamente o espaço que lhe cabe na educação nacional.

Todavia, diante dos desafios contemporâneos, torna-se indispensável resgatar o filosofar como prática formativa e como instrumento de compreensão da vida, da sociedade e da própria ciência. Sem a Filosofia, a educação corre o risco de reduzir-se a um mero tecnicismo, incapaz de preparar profissionais éticos e comprometidos com o

bem comum. Reconquistar o lugar da Filosofia nos currículos e na cultura brasileira é, portanto, condição necessária para que o país alcance uma verdadeira emancipação intelectual, social e humana.

REFERÊNCIAS

1. BARRETO, Luis Pereira. **As três filosofias**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1874.
2. COSTA, João Cruz. **Contribuição à história das idéias no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
3. LIMA, Lauro de Oliveira. **Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho**. Rio de Janeiro: Editora Brasília, 1974.
4. PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Ática, 1995.

Submissão: abril de 2026. Aceite: abril de 2026. Publicação: maio de 2026.